



desde 1934

Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional

Gestão 2004/2006 – “Diálogo, Respeito, Ação”

1 **ATA DA 87ª REUNIÃO DE GESTÃO COLETIVA DA AGB - REALIZADA NA CIDADE** 2 **DE SALVADOR, BA, NOS DIAS 29 DE OUTUBRO A 01 DE NOVEMBRO DE** 3 **2005.....**

4 Iniciada em 1ª convocação às 16h30min do dia 29/10 com a presença de Jorge Luís
5 Borges Ferreira e Alexandre Bergamin Vieira, respectivamente, Presidente Nacional e 1º
6 Tesoureiro da AGB; além de Sônia Tomasoni, Marco Antônio Tomasoni e Jemisson
7 Matos Santos (AGB Salvador); Erica Mantovani (AGB Londrina); Uelington Barbosa (AGB
8 Goiânia); Edvaldo C. Moretti (AGB Dourados); Mieceslau Kudlavicz (AGB Três Lagoas);
9 Fabrícia Corrêa (AGB Niterói); Jones Dari (AGB Rio Branco); Renato Martins (AGB Rio de
10 Janeiro) e Alexandrina Luz (AGB Aracaju). Alexandre Vieira acumulou, ainda, a
11 representação da AGB Presidente Prudente. Abrindo os trabalhos, a delegada da AGB
12 Salvador, Sônia Tomasoni, agradeceu a presença de todos, apresentou os diretores da
13 AGB Salvador (incluir nomes) e registrou o apoio da Pró-Reitoria de Extensão da UNEB e
14 do CREA-BA na realização desta AGB. Jorge Luís reforçou os agradecimentos, fez uma
15 breve apresentação da organização atual da AGB, das atribuições, pauta e dinâmica
16 prevista para a 87ª RGC, nos termos da convocatória. Na seqüência, passou-se ao
17 debate sobre **a AGB na agenda de Políticas Públicas Nacionais: TRANSPOSIÇÃO**
18 **DAS ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO:** Os professores Marco Antônio Tomasoni e
19 Jemisson Matos fizeram uma avaliação sobre o processo de licenciamento e sobre os
20 possíveis impactos do projeto, ressaltando a dificuldade de estabelecimento de um debate
21 transparente por parte do órgão licenciador. Parecer técnico apontou vários problemas
22 nos EIA/RIMA tais como: (1) o EIA não considerou a complexidade e a integralidade da
23 bacia hidrográfica; (2) o projeto não considerou as outorgas de concessão de uso dos
24 recursos hídricos emitidos pela ANA e que ainda não estão sendo utilizados. (3) Erros de
25 avaliação ao identificar as áreas mais carentes nas propostas. Segundo os críticos do
26 projeto, o problema do abastecimento não é a carência de água, mas as deficiências nos
27 sistemas de distribuição. (4) Alguns dados foram claramente manipulados de forma
28 tendenciosa e confusa. O custo oficial estimado do projeto ficou na ordem de US\$ 4,5
29 bilhões e a forma como o processo está sendo tocado pelo governo deixam claras as
30 manobras das empresas de construção civil e de equipamentos (bombas, turbinas), fato
31 que envolveria lobbies nacionais e transnacionais pela realização do projeto a qualquer
32 custo. Questionamentos têm sido levantados acerca (1) dos impactos a jusante dos
33 pontos de captação e, particularmente, sobre a foz do rio São Francisco; (2) dos custos
34 de manutenção dos sistemas de bombeamento e distribuição das águas após a
35 conclusão das obras; (3) dos aspectos institucionais da gestão do sistema, uma vez
36 instalado e (4) dos reais impactos sobre o ordenamento territorial do Sertão Nordeste.
37 Propostas alternativas têm sido defendidas em vários foros da Sociedade Civil e apontam
38 projetos desenvolvidos no âmbito do próprio governo federal, tais como a dessalinização,
39 a reutilização (EMBRAPA), sisternas rurais e represamento de pequenos trechos com
40 superávit hídrico. Na seqüência, verificou-se **uma avaliação do PLANO NACIONAL DE**
41 **REFORMA AGRÁRIA** realizada pelo Grupo de Trabalho de Geografia Agrária, das
42 Seções Locais Rio de Janeiro e Niterói. Renato Martins apresentou um breve histórico do
43 GT, criado em 2002 na esteira da expectativa gerada pela eleição do Presidente Lula e a
44 possibilidade de intensificação do processo de Reforma Agrária. Essa proposta já tinha
45 aparecido como indicativo durante o VI CBG e o GTA-RJ e Niterói acabou sendo indicado
46 na 85ª RGC como responsável por convidar a toda a Comunidade Geográfica brasileira a

Associação dos Geógrafos Brasileiros – Diretoria Executiva Nacional

Av. Lineu Prestes, 338, Geografia/História – Cidade Universitária/USP, São Paulo – SP, CEP: 05508-000
Tel: (11) 3091-3758 Correspondências para Caixa Postal 64525, São Paulo – São Paulo CEP: 05497-970



desde 1934

Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional

Gestão 2004/2006 – “Diálogo, Respeito, Ação”

47 se empenhar na criação de outros Grupos de Trabalho, que se organizem através das
48 instâncias da AGB. O objetivo da criação de GTs pelo Brasil é o de auxiliar na união e
49 organização dos interessados nessas questões e promover, após a sua concretização, a
50 troca de informações entre os diversos grupos que porventura venham a ser criados.
51 Salientamos que a linha de trabalho do GT de Agrária RJ compartilha dos princípios de
52 atuação da AGB, ou seja, de seu caráter político, científico e cultural. Buscamos
53 sobretudo a realização de um trabalho que valorize a horizontalidade no seu quadro de
54 componentes, onde alunos de graduação, recém formados, professores etc, possam ter a
55 mesma voz nos debates propostos. Por isso, desejamos que os grupos que venham a ser
56 criados busquem a mesma linha de atuação. Nesse sentido o Grupo de Trabalho de
57 Agrária das AGB's Rio de Janeiro e Niterói estabeleceu como vetores da sua ação os
58 seguintes pontos: a) avançar na compreensão dos processos geográficos em curso na
59 realidade agrária brasileira; b) contribuir no processo de formação política dos diversos
60 segmentos interessados; c) promover uma maior interlocução e colaboração com os
61 movimentos sociais visando uma intervenção social mais efetiva na perspectiva da
62 concretização da reforma agrária; d) produzir materiais didáticos que possam auxiliar na
63 disseminação dos debates das questões gerais e específicas referentes ao universo rural
64 brasileiro. O GTA teve atuação destacada durante a elaboração do Plano Regional de
65 Reforma Agrária do Rio de Janeiro, do qual resultou um texto de avaliação intitulado
66 “Algumas bases para um Plano Regional de Reforma Agrária no Rio de Janeiro”. Além
67 disso, o GT se mobilizou para discutir o Plano Nacional de Reforma Agrária, e construiu
68 coletivamente, em um mini-curso ministrado no VI CBG, um documento de avaliação do
69 PNRA, publicado no Jornal da AGB RJ. Nesse sentido, convidamos a todos que tenham
70 interesse em ampliar o debate das inúmeras questões pertinentes ao campo brasileiro,
71 que se organizem na forma de GTs, através de suas Seções Locais, e auxiliem na criação
72 da Rede Nacional de GTs de Agrária. Os interessados que quiserem maiores informações
73 a respeito, favor entrar em contato através dos seguintes endereços eletrônicos:
74 ktafesta@uninet.com.br (Jaqueline) ou chinelo@uninet.com.br (Paulinho). Consideramos
75 o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) como o resultado da pressão dos
76 movimentos sociais rurais sobre o governo Lula, eleito numa perspectiva de atuação
77 popular. O Plano explicita a atualidade da questão agrária, ou seja, sua não resolução no
78 Brasil, seu caráter histórico e o papel do PNRA na superação da mesma. Entretanto, as
79 mudanças verificadas entre o documento final do Plano e a proposta original revelam a
80 reação das forças conservadoras da nossa sociedade, representadas no governo.
81 Relacionamos abaixo os pontos positivos e negativos presentes no Plano. O primeiro
82 ponto positivo que gostaríamos de destacar é o reconhecimento do amplo público alvo da
83 reforma agrária, incluindo-se aí os minifundiários, cujas propriedades não propiciam as
84 mínimas condições de subsistência e reprodução familiar. O segundo ponto positivo é a
85 prioridade concedida para o assentamento das famílias acampadas, o que sinaliza
86 positivamente para a mobilização dos trabalhadores em busca de seus direitos. Somente
87 com a mobilização dos menos favorecidos será possível enfrentar o poder do latifúndio e
88 fazer a reforma agrária no Brasil. Outro ponto a destacar no Plano é a adoção do conceito
89 de área reformada, capaz de potencializar os recursos e a infraestrutura por meio da
90 concentração espacial das intervenções fundiárias. Tal proposta, resultante da avaliação
91 dos resultados positivos do processo não planejado de concentração de assentamentos,
92 pode instaurar uma nova dinâmica no processo de reforma agrária, contrapondo-se à

Associação dos Geógrafos Brasileiros – Diretoria Executiva Nacional

Av. Lineu Prestes, 338, Geografia/História – Cidade Universitária/USP, São Paulo – SP, CEP: 05508-000
Tel: (11) 3091-3758 Correspondências para Caixa Postal 64525, São Paulo – São Paulo CEP: 05497-970



desde 1934

Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional

Gestão 2004/2006 – “Diálogo, Respeito, Ação”

93 lógica de intervenções pontuais e isoladas que têm caracterizado a intervenção do Estado
94 na questão agrária. O recadastramento georeferenciado das terras no Brasil nos parece
95 fundamental para revelar a real disponibilidade de terras para a reforma agrária, além de
96 contribuir significativamente para inibir a grilagem de terras no país, permitir a
97 regularização das áreas dos pequenos posseiros e revelar a real situação da estrutura
98 fundiária brasileira. O reassentamento de não-índios ocupantes de reservas indígenas a
99 serem demarcadas, desde que se trate de famílias de agricultores de baixa renda também
100 é outro ponto positivo do Plano, bem como a proposta de regularização fundiária das
101 áreas remanescentes de quilombos, populações ribeirinhas e o reassentamento de
102 populações atingidas por barragens. Também a proposta de políticas de promoção da
103 igualdade de gênero na reforma agrária, contemplando a titulação da terra em nome da
104 mulher nos parece extremamente positiva. Outro ponto positivo diz respeito à políticas de
105 recuperação dos assentamentos já existentes, dada a situação precária da maior parte
106 deles. Desta forma o PNRA reconhece que reforma agrária não se restringe a uma
107 política de redistribuição da terra. Também julgamos positiva a proposta de mudança da
108 forma de cálculo dos TDAs, de modo a inibir seu uso especulativo, bem como evitar que
109 se converta em prêmio para o latifúndio. Outro ponto válido é a proposta de não
110 ressarcimento por parte dos assentados dos gastos com a implantação dos
111 assentamentos, dado o caráter público e a apropriação coletiva de tais investimentos.
112 Finalmente, consideramos positivas as propostas de alteração da legislação vigente,
113 dentre elas: a regulamentação dos critérios ambiental e trabalhista previstos no conceito
114 constitucional da função social da propriedade da terra e o confisco das terras onde há
115 trabalho escravo, com prioridade para o assentamento dos próprios trabalhadores
116 escravizados. Um primeiro ponto negativo do PNRA diz respeito ao fato de que alguns
117 conceitos presentes no Plano não se encontram devidamente esclarecidos,
118 comprometendo seu entendimento e sua aplicabilidade. Exemplos disso são os conceitos
119 de região, desenvolvimento sustentável, cadeias produtivas e desenvolvimento territorial.
120 No caso do conceito de região ressalta-se sua associação com o de bioma, sugerindo
121 uma forte ênfase no aspecto natural em detrimento das dimensões social, política e
122 cultural. Outro ponto negativo está relacionado ao não dimensionamento das metas
123 referentes a políticas específicas contempladas no Plano, como as de regulamentação de
124 comunidades quilombolas, ribeirinhas, atingidos por barragens, posseiros em áreas
125 indígenas e extrativistas. Também consideramos problemática a ausência de critérios em
126 relação à sucessão nos lotes de reforma agrária, dados os riscos de reprodução da
127 minifundiarização resultante da fragmentação da terra. Outro ponto negativo está
128 relacionado ao reforço da lógica do capital presente na manutenção da concepção da
129 terra como mercadoria e sua titulação como propriedade privada, evidenciada pela
130 proposta de cobrança da terra ao invés da adoção do conceito de concessão real de uso.
131 Igualmente consideramos negativa a ausência de uma proposta de limitação do tamanho
132 da propriedade da terra no Brasil, o que limita o estoque de terras disponíveis para a
133 reforma agrária, ao mesmo tempo em que perpetua o poder do latifúndio e a
134 desigualdade social no país. Finalmente, a forma como se estabelece o somatório do
135 número de beneficiários do PNRA, incluindo famílias assentadas, regularização fundiária
136 e famílias incluídas na política de crédito fundiário, descaracteriza a massividade do
137 Plano. Da forma como está colocado, o PNRA é enfraquecido e reduzido a instrumento de
138 propaganda governamental. Consideramos que apesar dos vários aspectos positivos do

Associação dos Geógrafos Brasileiros – Diretoria Executiva Nacional

Av. Lineu Prestes, 338, Geografia/História – Cidade Universitária/USP, São Paulo – SP, CEP: 05508-000
Tel: (11) 3091-3758 Correspondências para Caixa Postal 64525, São Paulo – São Paulo CEP: 05497-970



desde 1934

Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional

Gestão 2004/2006 – “Diálogo, Respeito, Ação”

139 Plano, há também uma série de pontos que não contribuem para a efetiva resolução da
140 questão agrária no Brasil, ao contrário, contribuem para o fortalecimento da concepção de
141 que o agronegócio é a melhor alternativa para a organização do campo brasileiro. Nesse
142 sentido, uma grande contradição que se apresenta é a incompatibilidade entre os
143 objetivos e metas estabelecidas e o plano mais geral das políticas do governo Lula. Por
144 exemplo, a prioridade dada aos acampados choca-se com a não revogação da medida
145 provisória que criminaliza as ocupações; a proposta de valorização da agricultura familiar
146 confronta-se com a prioridade dada ao agronegócio e a agroexportação; a proposição da
147 prioridade para a distribuição da riqueza esbarra na manutenção dos princípios e
148 fundamentos do modelo neoliberal. Assim, reafirmamos elogios e críticas ao PNRA
149 sustentando a necessidade de uma reforma agrária massiva e de qualidade no Brasil,
150 apoiada em um modelo de gestão amplamente apoiado na participação dos movimentos
151 populares. Compreendemos, finalmente, que a efetivação da reforma agrária no Brasil só
152 será possível com a mobilização do conjunto dos segmentos sociais para o enfrentamento
153 do poder do latifúndio e para isso faz-se necessário identificar os avanços e as limitações
154 constantes do PNRA do governo Lula. Na seqüência, ainda em processo de avaliação do
155 PNRA, a Prof^a Dr^a Alexandrina Luz, da Universidade Federal de Sergipe, teceu
156 comentários ao processo de elaboração do PNRA e à avaliação apresentada pela AGB
157 Rio de Janeiro. Na sua avaliação, a Prof^a Alexandrina inicia questionando preliminarmente
158 os limites entre o que vem a ser produção acadêmica pessoal *strictu sensu* e o que vem a
159 ser trabalho coletivo e disponibilizado para a coletividade, no caso, a AGB. Nesse sentido,
160 a Prof^a Alexandrina esclarece que seus comentários serão desenvolvidos em caráter
161 precário, dada a surpresa e o imediatismo do convite, e baseados em sua experiência
162 específica na Universidade, sem vínculo direto com a militância na AGB. Sobre o PNRA,
163 mais especificamente, há uma primeira crítica no sentido de que sua concepção e
164 formulação já determinava, de alguma forma, a confecção dos Planos Regionais, ou seja,
165 deixando pouca margem de discussão e negociação junto à Sociedade Civil sobre o
166 processo geral da Reforma Agrária. Esse aspecto levou, conseqüentemente, à formação
167 de alguns nós para a realização dos PRRAs. Alguns questionamentos são levantados
168 pela Prof^a Alexandrina: (1) como, de fato, o plano pode garantir uma real distribuição da
169 terra? Que processo democrático é esse que tem como premissa apenas a participação
170 de lideranças regionais e não as bases nas suas mais remotas localizações e realidades?
171 Lamentando a impossibilidade de apresentar dados estatísticos mais precisos, a Prof^a
172 Alexandrina apresenta uma avaliação de que os assentamentos realizados durante o
173 Governo Lula são proporcionalmente menos significativos do que os da Era FHC. Sob o
174 ponto de vista conceitual, a Prof^a Alexandrina também aponta alguns limites ao PNRA: (1)
175 o Plano não aprofunda as concepções de ordenamento territorial, identidade regional etc.
176 Na década de 1960, o PNRA estava montado na relação campo-cidade e sob uma
177 perspectiva de integralidade do espaço. Entretanto, o IBRA (hoje, INCRA) tinha um
178 quadro de servidores quatro vezes maior que atualmente. Na década de 1970, o campo
179 passa a ser encarado pelo Estado como um ativo capitalista, fato que leva a um processo
180 de empresariamento do campo, a sua ruralização. O Estado brasileiro põe-se a serviço da
181 apropriação da terra pelas empresas e a expansão das fronteiras surgidas. Esse processo
182 teve como base uma política de colonização e estímulo à migração e à formação das
183 cooperativas agrícolas no Nordeste e no Sudeste. Nos pontos do território onde o
184 empresariamento não se apresenta *strictu sensu*, as cooperativas revelam-se uma forma

Associação dos Geógrafos Brasileiros – Diretoria Executiva Nacional

Av. Lineu Prestes, 338, Geografia/História – Cidade Universitária/USP, São Paulo – SP, CEP: 05508-000
Tel: (11) 3091-3758 Correspondências para Caixa Postal 64525, São Paulo – São Paulo CEP: 05497-970



desde 1934

Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional

Gestão 2004/2006 – “Diálogo, Respeito, Ação”

185 específica de sujeição do campesinato e da agricultura familiar à lógica dos complexos
186 agro-industriais. O atual PNRA é, na prática, uma nova roupagem para a velha prática da
187 apropriação da terra pela lógica da reprodução ampliada do Capital. Os grandes projetos
188 de desenvolvimento, ao alienar o acesso à terra e à água pelos segmentos camponeses,
189 são os principais momentos dessa lógica. Sob a premissa da produtividade, o Governo
190 garante a expansão do consumo das inovações tecnológicas; de um novo tipo de
191 financeirização do campo e o enquadramento da decisão sobre a produção, uma vez que
192 são impostos às organizações gestoras dos recursos (associações e cooperativas). Essas
193 características têm levado a um descolamento dos processos de produção agrícola das
194 necessidades sociais imediatas e da soberania alimentar do povo brasileiro. Como
195 exemplo, a Prof^a Alexandrina cita áreas de produção de feijão, na Bahia, substituídas pelo
196 eucalipto e, em Sergipe, substituídas pela mamona. A seguir, Jorge Luís (AGB-DEN)
197 apresentou um breve histórico da **participação da AGB na Política Nacional de**
198 **Desenvolvimento Urbano**. A representante da AGB no Fórum Nacional pela Reforma
199 Urbana, Profa Arlete Moysés Rodrigues, apresentou inúmeros informes acerca das
200 mobilizações pelos Planos Diretores Participativos, pela II Conferência das Cidades e de
201 decisões do Conselho Nacional das Cidades. Antes da 86a RGC, questionamentos foram
202 levantados pelo associado Wladimir Ferreira, membro da AGB São Paulo, mas nenhum
203 posicionamento coletivo apareceu até agora. É preciso definir o rumo a ser tomado pela
204 AGB, enquanto entidade de âmbito nacional, na sua participação e diálogo junto às
205 institucionalidades em consolidação no âmbito do FNRU e da PNDU, bem como seus
206 processos subjacentes. Formalmente, várias Seções Locais anunciaram a existência de
207 Grupos de Trabalho ou Comissões de Assuntos Urbanos, mas nenhuma se propôs a
208 atuar como sistematizadora dos trabalhos em âmbito nacional. Abrindo os debates,
209 **Edvaldo (AGB Dourados)** informa que a assembléia da Seção Local admite que não há
210 uma discussão específica no âmbito das Políticas Públicas Nacionais, logo, não há
211 posicionamentos específicos em cada temática. Há uma preocupação geral quanto à
212 capitulação de vários geógrafos brasileiros sobre os discursos hegemônicos que surgem
213 para legitimar processos como o da transposição e o da capitalização do campo. Por isso,
214 um indicativo que a AGB Dourados traz para essa RGC é que os debates busquem a
215 afirmação do papel da Geografia no desvelar as várias facetas desses discursos. A AGB
216 Dourados tem se concentrado no acompanhamento de processos específicos de
217 (re)ordenamento territorial na região do Pantanal Matogrossense. Neste sentido, se
218 coloca à disposição para colaborar. **Alexandre** coloca a necessidade de esclarecimento
219 sobre as formas possíveis de encaminhamento dos debates nas Seções Locais e entre
220 estas e a DEN. **Jemisson (AGB Salvador)** pergunta à Prof^a Alexandrina sobre a situação
221 dos perímetros irrigados em Sergipe. **Alexandrina** aponta a necessidade urgente de se
222 discutir o papel das Seções Locais e sua articulação. Sobre os perímetros irrigados, a
223 Prof^a informa que a situação no Sergipe não é muito diferente da Bahia. Atualmente,
224 áreas que no passado apresentavam a predominância de agricultura familiar,
225 basicamente de frutas típicas, foi substituída por uma estrutura agrária concentrada por
226 empresas privadas, muitas vezes, de setores outros que não à atividade rural. **Uelington**
227 **(AGB Goiânia)** percebe que há muita produção em Geografia mas concentrado nas
228 várias universidades e em consultorias particulares. Essa avaliação levou à AGB Goiânia
229 a buscar uma atuação junto a outros espaços de políticas públicas e passou a integrar o
230 Fórum Estadual de Reforma Urbana. Além disso, esta Seção Local organizou um

Associação dos Geógrafos Brasileiros – Diretoria Executiva Nacional

Av. Lineu Prestes, 338, Geografia/História – Cidade Universitária/USP, São Paulo – SP, CEP: 05508-000
Tel: (11) 3091-3758 Correspondências para Caixa Postal 64525, São Paulo – São Paulo CEP: 05497-970



desde 1934

Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional

Gestão 2004/2006 – “Diálogo, Respeito, Ação”

231 Simpósio sobre a questão da transposição. **Jorge (AGB DEN)** lê manifesto de cerca de
232 80 entidades da Sociedade Civil sobre o projeto de transposição das águas do rio São
233 Francisco e propõe que a AGB apóie nacionalmente a divulgação do mesmo, a saber:
234 *“Brasília, 26 de outubro de 2005. Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luís*
235 *Inácio Lula da Silva e todo o povo brasileiro, As redes de organizações e movimentos*
236 *sociais da sociedade civil abaixo-assinadas dirigem-se à Vossa Excelência e*
237 *publicamente vêm reafirmar posição contrária ao projeto de transposição de águas do Rio*
238 *São Francisco. Pelas razões a seguir expostas: Ausência de Debate Vossa Excelência,*
239 *durante campanha presidencial, explicitou a complexidade do projeto e a necessidade de*
240 *garantir um amplo debate e novos estudos sobre o assunto, o que até agora não ocorreu*
241 *satisfatoriamente. Pior, o governo se recusa a aceitar os resultados dos poucos espaços*
242 *de debates existentes, quando esses se mostram contrários ao projeto. Por exemplo, o*
243 *governo de Vossa Excelência se recusa a aceitar as condições estabelecidas pelo Comitê*
244 *de Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF) ou da I Conferência Nacional do Meio*
245 *Ambiente que aprovou uma moção de repúdio e uma deliberação de proibição da*
246 *transposição de águas do Rio São Francisco. Igualmente com relação aos pareceres*
247 *críticos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC e do Centro de*
248 *Estudos e Projetos do Nordeste – CEPEN, resultados de seminário ocorrido em Recife,*
249 *em outubro de 2004. Falta de Transparência O governo se recusa, mesmo depois da*
250 *pressão e insistência da sociedade civil, a divulgar, muito menos considerar, estudos*
251 *técnicos que evidenciam a ineficácia do projeto, como o do Banco Mundial. O fato desta*
252 *instituição vetar também o atual projeto porque, entre outros motivos, “a ligação com os*
253 *pobres pode ser fraca”, teria “baixo impacto” na diminuição da pobreza, teria “pouco efeito*
254 *no custo do suprimento hidráulico emergencial durante os anos de secas”, além das*
255 *críticas de natureza técnica, reflete as contradições deste projeto. Se até o Banco*
256 *Mundial, conhecido por muitos por financiar projetos com impactos socioambientais*
257 *negativos, é contra o projeto, por que essa informação não é disseminada como subsídio*
258 *para um amplo debate e levada em conta pelo governo? Por que é sonogada informação*
259 *sobre os reais objetivos do projeto, que antes de pretender resolver o alegado déficit*
260 *hídrico para consumo humano no Nordeste Setentrional, levará água para expansão do*
261 *agro e hidronegócio no semi-árido? O projeto A transposição do Rio São Francisco, ao*
262 *contrário do que afirma o governo de Vossa Excelência, não vai resolver o problema da*
263 *sede e da fome das populações mais necessitadas do semi-árido, pois se trata de um*
264 *projeto de alto custo, voltado para interesses outros que não são os destas populações.*
265 *Desde sempre as oligarquias regionais utilizaram-se da indústria da seca para desviar*
266 *recursos do poder central e os grandes projetos hídricos serviram sempre para concentrar*
267 *terra e água, riqueza e poder. Esse projeto, na verdade, promove a apropriação de dois*
268 *tipos de recursos públicos: (a) recursos financeiros vultosos que poderiam ser*
269 *empregados em projetos mais eficazes, de convivência com o semi-árido; (b) recursos*
270 *hídricos disponíveis nos estados supostamente “beneficiados”, faltando apenas sistemas*
271 *adequados de distribuição e gerenciamento, na contramão do que se implantará o*
272 *mercado de águas com a comercialização dos recursos hídricos transpostos do São*
273 *Francisco. Vossa Excelência disse que o projeto dará de beber a “12 milhões de famílias*
274 *da região mais pobre e mais seca do Nordeste”. Nós dizemos: O acesso à água é um*
275 *Direito Humano básico, mas o projeto não vai dar de beber a quem tem sede; vai*
276 *entregar, mais uma vez, nossas riquezas naturais aos oligarcas, tradicionais e novos, aos*

Associação dos Geógrafos Brasileiros – Diretoria Executiva Nacional

Av. Lineu Prestes, 338, Geografia/História – Cidade Universitária/USP, São Paulo – SP, CEP: 05508-000
Tel: (11) 3091-3758 Correspondências para Caixa Postal 64525, São Paulo – São Paulo CEP: 05497-970



desde 1934

Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional

Gestão 2004/2006 – “Diálogo, Respeito, Ação”

277 que sempre foram e continuam sendo os donos do poder naquela região. Chega a ser
278 cruel, em nome da sede, favorecer os que dela tiram proveito e até a promovem. Além
279 disso, vale ressaltar que 12 milhões de famílias representam mais de 43 milhões de
280 pessoas, o que inclui praticamente todos os nordestinos, inclusive aqueles da bacia
281 “doadora” do São Francisco. Ainda que fossem 12 milhões de pessoas seria toda a
282 população do Nordeste Setentrional, quando sabemos que o projeto beneficiaria, na
283 verdade, 3 milhões de pessoas, sendo 2,2 milhões na Região Metropolitana de Fortaleza
284 – CE. Algumas questões técnicas Os períodos de maior necessidade de água serão
285 aqueles, de cinco a sete meses, em que os rios intermitentes do semi-árido deixam de
286 correr. É justamente nesse mesmo período que o Rio São Francisco torna-se menos
287 volumoso e mais esqualido, obrigando à manutenção de reservas hídricas para assegurar
288 a continuidade da produção de energia elétrica pelo sistema CHESF, responsável por
289 98% do consumo do Nordeste. A transposição aumentará o risco de “apagão”, como
290 ocorreu em 2001. Os pseudotécnicos, mais preocupados em servir a interesses privados
291 que à ciência e à técnica, despreparados para prever os múltiplos impactos sociais,
292 econômicos e ecológicos do projeto, também não consideraram todas as questões
293 técnicas. Por exemplo, não prevêem o elevadíssimo índice de evaporação, no domínio da
294 caatinga, por onde passaria a maior parte dos canais. Viabilidade Ambiental Não é
295 possível declarar a viabilidade ambiental do projeto sem conhecimento da dinâmica
296 climática e da periodicidade do rio que vai perder água e dos rios intermitentes e sazonais
297 que vão receber filetes das águas transpostas. Não só este conhecimento não está sendo
298 considerado, como outros sobre impactos na bacia doadora. Desta forma, foi uma
299 temeridade e uma irresponsabilidade a licença ambiental dada pelo IBAMA. Custo
300 financeiro e custo social do projeto O custo financeiro do projeto, que é em torno de R\$
301 4,5 bilhões, nos dois anos iniciais, é alto demais para um país endividado. O projeto
302 exigirá a liberalização de recursos a cada ano e, portanto, qualquer descontinuidade
303 eliminará qualquer avanço obtido com os recursos já investidos. Será jogar dinheiro fora.
304 Esse é um projeto que transcende um só governo. E ocorre em um país que diz não ter
305 recursos para garantir os serviços públicos básicos à sua população, que desvincula cada
306 vez mais os gastos sociais do orçamento esmagado pela política econômica de arrocho
307 fiscal – principalmente dos altos superávits primários – implementada sob a tutela das
308 Instituições Financeiras com o objetivo de pagar uma dívida já paga inúmeras vezes, sem
309 considerar os custos sócio-ambientais. Além disso, a sociedade precisa saber que
310 quando os estudos são feitos, os custos são minimizados e os benefícios inflados. Desse
311 modo, mostra-se que o balanço custo/benefício é altamente favorável, mas sabemos que
312 depois do projeto estar pronto, ele acaba custando três ou quatro vezes mais. Assim foi
313 com a construção das hidrelétricas de Itaipu, Tucuruí, Sobradinho e outras. Então: vai
314 beneficiar a quem? A transposição se baseia em um modelo que prioriza o agronegócio,
315 em detrimento da agricultura familiar, apontando para ações de privatização e
316 comercialização da água. Mesmo sabendo de todos os possíveis e irreversíveis impactos
317 sócio-ambientais, este governo fez a clara opção de atender aos interesses do grande
318 capital – da grande indústria, como a de ferro e cimento, das empreiteiras, das
319 corporações técnicas, do agronegócio, do hidronegócio, da carcinicultura e das novas
320 oligarquias, os reais beneficiados. Como se já não bastassem os inúmeros outros mega-
321 projetos de infra-estrutura, que continuam sendo tarefa do Estado, a despeito do discurso
322 neoliberal de primazia da livre-iniciativa. Este projeto aumentará a concentração de renda

Associação dos Geógrafos Brasileiros – Diretoria Executiva Nacional

Av. Lineu Prestes, 338, Geografia/História – Cidade Universitária/USP, São Paulo – SP, CEP: 05508-000
Tel: (11) 3091-3758 Correspondências para Caixa Postal 64525, São Paulo – São Paulo CEP: 05497-970



desde 1934

Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional

Gestão 2004/2006 – “Diálogo, Respeito, Ação”

323 e a desigualdade social, além de transformar a água em mercadoria, a ser vendida
324 através de leilões, um dos mais rentáveis negócios contemporâneos, que neste caso vai
325 se estabelecer com a CHESF / Águas, empresa criada para gerenciar as águas
326 transpostas. Apenas 26 m³/s serão para “matar a sede”, mas o projeto está dimensionado
327 para muito mais. Alternativas As soluções para o semi-árido e suas secas cíclicas e
328 previsíveis não dependem de grandes projetos. Dependem do aproveitamento dos
329 mananciais existentes e suficientes (de chuva, superfície, solo e subsolo), de uma gestão
330 competente e democrática das águas acumuladas e de um verdadeiro Programa de
331 Desenvolvimento Integrado Sustentável e Solidário que considere formas alternativas,
332 eficientes e mais baratas de acesso a água, em conformidade com a grande variedade de
333 situações geo-climáticas do semi-árido. As redes de organizações e movimentos
334 sociais da sociedade civil abaixo-assinadas exigem: 1. Quanto ao Projeto de
335 Transposição 1.1 - Que o governo federal paralise imediatamente o andamento do
336 projeto de transposição do Rio São Francisco; 1.2 - Que a revitalização da Bacia do São
337 Francisco seja definida como prioridade de governo; 1.3 - Que o povo do semi-árido, as
338 populações ribeirinhas e as organizações sociais e profissionais que trabalham com e/ou
339 estudam o tema sejam ouvidos e respeitados, fazendo, assim, parte do processo de
340 decisão sobre do projeto; 1.4 - Que um amplo e transparente debate sobre a
341 transposição do Rio São Francisco e seus impactos seja realizado em todo o país, com
342 efetiva participação de organizações da sociedade civil, movimentos sociais, comunidade
343 acadêmica e das populações a serem atingidas pelo projeto. Queremos e temos o direito
344 de saber os verdadeiros custos do projeto “irrigação-indústria-carcinicultura”. Quanto vai
345 custar a água de irrigação? Quanto vai ser a produção? Quem vai produzir? O quê? Para
346 quê? A que custo? Quem vai pagar? 2. Quanto à sustentabilidade hídrica do semi-árido
347 brasileiro 2.1. Construir malhas de distribuição sustentável das águas estocadas nos
348 açudes do Nordeste Sentrional e das águas da Bacia do São Francisco, para
349 abastecer a população realmente necessitada de água para consumo humano e
350 dessedentação animal, porque tanto uma como outra região padecem da mesma
351 necessidade; 2.2. Implementar o uso sustentável das águas subterrâneas no semi-árido;
352 2.3. Implementar uma minuciosa política de captação da água de chuva, baseada nas
353 tecnologias sociais de eficácia comprovada, para consumo humano e para produção
354 agro-pecuária; 2.4. Por fim, não basta água, é preciso terra. É condição incontornável
355 implementar uma reforma agrária inteligente e apropriada às condições do semi-árido. A
356 quem vai servir, e a que custo social e ambiental, a transposição das águas do Rio São
357 Francisco? Essa é uma pergunta indispensável e se o governo de Vossa Excelência a
358 fizesse, honestamente, paralisaria já esse projeto! Essa atitude pode ser a oportunidade
359 para o Governo Lula recuperar sua identidade e resgatar a autêntica esperança que
360 acendeu no coração do povo brasileiro ao ser eleito. Águas para a vida e não para a
361 morte! Brasília, 26 de outubro de 2005. Entidades Assinantes: ABRANDH – Ação
362 Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos ACPO - Associação de Consciência à
363 Prevenção Ocupacional Associação dos Geógrafos Brasileiros-RJ ADITAL - Agência de
364 Informação Tito de Alencar para América Latina; AMB – Articulação de Mulheres
365 Brasileiras ANOTE - Agência de Notícias Esperança CAMIC - Centro de Atendimento
366 dos Migrantes e Indígenas da Cidade – Roraima Campanha Brasileira Contra a ALCA
367 Campanha pela Auditoria da Dívida Externa Caritas Brasileira Casa da Mulher 8 de
368 Março - Tocantins CBJP - Comissão Brasileira de Justiça e Paz CDDH - Centro de

Associação dos Geógrafos Brasileiros – Diretoria Executiva Nacional

Av. Lineu Prestes, 338, Geografia/História – Cidade Universitária/USP, São Paulo – SP, CEP: 05508-000
Tel: (11) 3091-3758 Correspondências para Caixa Postal 64525, São Paulo – São Paulo CEP: 05497-970



desde 1934

Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional

Gestão 2004/2006 – “Diálogo, Respeito, Ação”

369 *Defesa dos Direitos Humanos - Roraima CEBs - Comunidades Eclesiais de Base CERIS*
370 *- Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais CESE - Coordenadoria*
371 *Ecumênica de Serviço CIMI - Conselho Indigenista Missionário CMP - Central de*
372 *Movimentos Populares CMP - SE CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil*
373 *CNL - Conselho Nacional de Leigos CONIC - Conselho Nacional de Igrejas Cristãs CPT*
374 *- Comissão Pastoral da Terra CRB - Conferência dos Religiosos do Brasil ESPLAR –*
375 *Centro de Pesquisa e Assessoria FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social*
376 *e Educacional FASUBRA Federação dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul Federação*
377 *Nacional dos Metalúrgicos FENAJUFE FBOMS - Fórum Brasileiro de ONGs e*
378 *Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento FBSAN - Fórum*
379 *Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional Fórum da Amazônia Oriental (FAOR)*
380 *Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos (FENDH) Fórum de Mulheres de*
381 *Santa Catarina Fórum dos Movimentos Sociais de Blumenau - SC Fórum Nacional pela*
382 *Reforma Agrária e Justiça no Campo Fórum Permanente em Defesa do São Francisco –*
383 *Bahia Fundação Águas do Piauí (FUNAGUAS) GEJA - Grupo Especial de Jovens e de*
384 *Adolescentes - Acre Grito dos Excluídos / Continental Grito dos Excluídos / Nacional*
385 *Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) Grupo de Trabalho Ambiente Associação dos*
386 *Geógrafos Brasileiros - Rio e Niteroi IBRADES - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento*
387 *Social Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) JOC Brasil - Juventude*
388 *Operária Católica Liga Ambiental (PR) MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens*
389 *Marcha Mundial das Mulheres MNDH - Movimento Nacional dos Direitos Humanos*
390 *MOPS/SE Movimento Consulta Popular Movimento Nós Existimos - Roraima MPA -*
391 *Movimento dos Pequenos Agricultores MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem*
392 *Terra Mutirão de Superação da Miséria e da Fome da CNBB PACS - Políticas*
393 *Alternativas para o Cone Sul Pastoral Afro-Brasileira Pastoral Carcerária Pastoral da*
394 *AIDS Pastoral da Criança Pastoral da Juventude do Brasil Pastoral da Mobilidade*
395 *Humana Pastoral da Mulher Marginalizada Pastoral da Pessoa Idosa Pastoral da Saúde*
396 *Pastoral da Sobriedade Pastoral do Menor Pastoral do Povo de Rua Pastoral dos*
397 *Nômades Pastoral dos Pescadores Pastoral Indígena da Cidade - Roraima Pastoral*
398 *Operária Nacional Pastoral Social da CNBB Pastorais Sociais - Regional Santa Catarina*
399 *Rede Alerta Contra o Deserto Verde Rede Brasileira de Integração dos Povos (REBRIP)*
400 *Rede Brasileira de Justiça Ambiental Rede Brasil sobre Instituições Financeiras*
401 *Multilaterais Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH) Rede de Informações do*
402 *Terceiro Setor (RITS) Rede Economia e Feminismo Rede Jubileu Sul/Brasil Rede Social*
403 *de Justiça e Direitos Humanos SPM - Serviço Pastoral do Migrante Sindicato dos*
404 *Advogados de São Paulo Sindicato dos Bancários de Blumenau – SC Secretaria de*
405 *Relações Internacionais da CUT Unafisco - Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da*
406 *Receita Federal UNAFISCO / Sindical - SP UNE - União Nacional dos Estudantes União*
407 *Brasileira de Mulheres – Núcleo Chapecó/SC Terrae.” **Fabrcia (AGB Niterói)** propõe*
408 *que seja reforçada a expectativa da rede de Grupos de Trabalho visando o fortalecimento*
409 *da participação da AGB nos grandes debates nacionais. Encerrando os debates,*
410 **proposta do Jorge:** *que as Seções Locais colaborem na divulgação, utilizando o*
411 *documento como referência para debates internos. Proposta aprovada por todas as*
412 *Seções Locais presentes com uma única abstenção da AGB Goiânia. Declaração de voto*
413 *da AGB Goiânia: Não havia posição fechada na Assembléia Geral. Na seqüência, foi feita*
414 **a leitura e aprovação da Ata da 86ª RGC.** *Na seqüência, passou-se para os informes da*

Associação dos Geógrafos Brasileiros – Diretoria Executiva Nacional

Av. Lineu Prestes, 338, Geografia/História – Cidade Universitária/USP, São Paulo – SP, CEP: 05508-000
Tel: (11) 3091-3758 Correspondências para Caixa Postal 64525, São Paulo – São Paulo CEP: 05497-970



desde 1934

Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional

Gestão 2004/2006 – “Diálogo, Respeito, Ação”

415 DEN e das Seções Locais: **DEN: Presidência:** Confecção do novo sítio da AGB e registro
416 do domínio próprio (www.agb.org.br). O processo de transição entre o antigo sítio no
417 Cibergeo e o novo serão definidos junto com o Mestre de Edição, Prof Hindenburgo
418 Francisco Pires, em momento adequado. Além dos sítios, houve uma participação do
419 Presidente Nacional, Jorge Luís, em evento realizado pela AGB Marechal Cândido
420 Rondon. **TESOURARIA:** Descrição do relatório de situação das Seções Locais. **TERRA**
421 **LIVRE:** Informe sobre a precária situação financeira, da não liberação da verba pelo
422 CNPq e das dificuldades para lançar o número 24. **AGB Presidente Prudente: (PEGAR**
423 **MENSAGEM COM O ALEXANDRE).** **AGB Rio Branco:** Jones saúda os demais
424 delegados e informa que a AGB Rio Branco realizou o primeiro seminário da AGB em 26
425 e 27/09 com a participação do Senador Sibá Machado. A Seção Local está trabalhando
426 para construir um Caderno Acreano de Geografia. Quanto à organização do 14º ENG, a
427 Seção está organizando uma série de roteiros de trabalho de campo que poderão ser
428 utilizados pelas delegações e caravanas. Jones relembra o problema da data do 14º
429 ENG, que já havia sido divulgado no agbinterseções. AGB tem colaborado com o
430 movimento de greve da UFAC. **AGB Dourados:** A Seção Local co-organizou o 8º
431 Encontro de Prática de Ensino de Geografia (com aproximadamente 800 inscritos e 140
432 trabalhos inscritos). A Seção Dourados participou da Conferência Municipal das Cidades
433 com dois delegados; elaborou um documento avaliando o problema da mortalidade infantil
434 dos indígenas no MS; lançou a Revista de Geografia no. 20 durante o encontro de prática
435 de ensino e está colaborando na consolidação da recém criada Universidade Federal da
436 Grande Dourados. AGB Salvador: Sônia relata a dificuldade de reorganização da Seção
437 Local e regularização jurídica e que conflitos entre os diferentes departamentos das
438 universidades afetaram parcialmente o processo de reorganização. AGB Salvador está
439 organizando o Encontro Baiano de Geografia em 2006. **AGB Rio de Janeiro:** Renato
440 informa que a Seção Local organizou, em conjunto com a AGB Niterói, o IV Encontro
441 Estadual de Professores de Geografia, em Campos dos Goytacazes, que reuniu cerca de
442 130 estudantes e professores. Esse encontro lançou uma nova modalidade de atividade:
443 as vivências participativas, que foram bem avaliadas. O Núcleo Zona-Oeste da AGB Rio
444 de Janeiro consolidou-se e já organizou dois debates com alunos das faculdades
445 particulares da região. O GT sobre Meio Ambiente participou do Encontro Nacional da
446 Rede Deserto Verde no Espírito Santo. Em Novembro, está previsto um debate sobre
447 reestruturação produtiva em Volta Redonda buscando avaliar a situação da CSN pós-
448 privatização. **AGB Niterói:** Fabrícia justifica ausência da Seção na 86ª RGC devido a
449 problemas financeiros. A Seção lançou dois números da Revista Fluminense de Geografia
450 e está elaborando um boletim informativo “DERIVA”. Iniciando a organização de mini-
451 cursos. AGB Londrina: Erica relata o processo de rearticulação da AGB Londrina através
452 de uma rotina de reuniões periódicas e construção de novos espaços e atividades para a
453 participação dos sócios da AGB. Além disso, a Seção Local fez um levantamento das
454 temáticas mais recorrentes, visando o processo de organização da Semana de Geografia
455 da UEL e está organizando coletivamente uma caravana de sócios para participar do 14º
456 ENG. **AGB Três Lagoas:** Por questões de política interna da UFMS, a Seção Local
457 perdeu o espaço que tinha no campus. A AGB Três Lagoas tem adotado uma estratégia
458 de valorizar e participar das RGCs. Entretanto, dificuldades financeiras têm surgido para a
459 realização dessa política. Mieceslau anuncia o 2º número da revista eletrônica que
460 pretende-se semestral e informa que, apesar dos encontros e eventos organizados não

Associação dos Geógrafos Brasileiros – Diretoria Executiva Nacional

Av. Lineu Prestes, 338, Geografia/História – Cidade Universitária/USP, São Paulo – SP, CEP: 05508-000
Tel: (11) 3091-3758 Correspondências para Caixa Postal 64525, São Paulo – São Paulo CEP: 05497-970



desde 1934

Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional

Gestão 2004/2006 – “Diálogo, Respeito, Ação”

461 terem sido cobrados, também não redundaram em novas filiações. **AGB Aracaju:**
462 Alexandrina informa que a Assembléia da Seção foi dificultada por causa da greve na
463 Universidade e registra o repúdio à ausência da grande maioria das Seções Locais do
464 Nordeste nesta RGC uma vez que tratava-se de uma demanda antiga de várias delas. A
465 delegada da AGB Aracaju lamenta, ainda, a falta de atualização no sítio internet da AGB
466 no cibergeo e aponta dificuldades na participação da Seção Local no agbinterseções. A
467 Seção Local está sediada numa sala cedida em caráter precário pela Universidade. A
468 Seção Local teve dificuldade em garantir assento em comitê de bacia, devido às
469 pendências jurídicas. Entre outras dificuldades, foi feita uma exigência de que a AGB
470 estivesse credenciada junto ao CREA para que pudesse pleitear uma representação no
471 comitê. A Seção Aracaju está acompanhando o debate sobre a transposição das águas
472 do São Francisco e organizando uma mesa sobre Gestão Urbana junto com a Câmara de
473 Vereadores da cidade. Além disso, está sendo organizado um debate sobre a carga
474 horária das disciplinas de Geografia nos cursos de graduação. **AGB Goiânia:** Uelington
475 relata as dificuldades de organização da Seção após a realização do VI CBG. Nova
476 diretoria foi eleita e o trabalho da atual gestão tem caminhado para a formação de
477 Comissões. A Seção continua com problemas de regularização jurídica e de CNPJ, mas
478 está colaborando na organização de um colóquio sobre Turismo. A AGB Goiânia está
479 atuando junto com o IBAMA no planejamento e gestão de algumas unidades de
480 conservação, além de planejando uma “Excursão Geográfica” que seria uma tentativa de
481 resgatar a prática de trabalho de campo e realizá-lo no percurso até Rio Branco. **TERRA**
482 **LIVRE 20 ANOS:** Jorge faz uma breve apresentação da idéia e da campanha, nos termos
483 da convocatória. AGB Goiânia encaminha posicionamento por escrito (INCLUIR). Erica
484 (AGB Londrina) avalia que a publicação em CD poderia ser uma forma de arrecadação e
485 publicização para a revista. Além disso, a digitalização facilitará a divulgação através do
486 Scielo. **Alexandrina** informa que recebeu 10 exemplares da Terra Livre mas não tinha
487 maiores informações. Além disso, a representante da AGB Aracaju faz várias críticas ao
488 processo e aos critérios de avaliação dos trabalhos a serem publicados. **Jemisson**
489 sugere que as Seções Locais busquem outros apoios nas agências estaduais visando
490 reforço do financiamento da revista. **Jorge (AGB DEN)** esclarece que não existe proposta
491 de extinção da Terra Livre. O que ocorreu foi que, devido às parcas condições financeiras
492 do periódico, foi encaminhado, através de mensagem eletrônica interna à DEN, que este
493 encontrava-se seriamente ameaçado, como de fato está. Jorge solicita que as Seções
494 Locais se pronunciem sobre a possibilidade de participar da campanha, oferecendo apoio
495 na digitalização dos números da revista; informa que a Coordenação está tentando lançar
496 uma campanha de assinaturas institucionais. **AGB Salvador** se compromete, através de
497 Jemisson e Fátima, em digitalizar até dois números da Revista. **Edvaldo (AGB**
498 **Dourados)** sugere a montagem de kits com os números antigos para venda e
499 arrecadação. **Jones (AGB Rio Branco)** demonstra preocupação com o fato de que os
500 constantes problemas financeiros estão levando a Terra Livre a adotar uma concepção de
501 mercado e reforça a idéia de se repensar a política editorial da AGB. É preciso reforçar as
502 reflexões de verdadeiros agebeanos no processo de construção da Revista. **Sônia (AGB**
503 **Salvador)** avalia que uma reflexão sobre as imposições de mercado é imprescindível não
504 apenas para avaliar a Terra Livre mas também para as outras formas de disseminação
505 das informações no âmbito da AGB. Além disso, Sônia faz uma crítica à instabilidade das
506 Seções Locais. Esta RGC **indica** que a 88ª RGC discuta e proponha uma nova política

Associação dos Geógrafos Brasileiros – Diretoria Executiva Nacional

Av. Lineu Prestes, 338, Geografia/História – Cidade Universitária/USP, São Paulo – SP, CEP: 05508-000
Tel: (11) 3091-3758 Correspondências para Caixa Postal 64525, São Paulo – São Paulo CEP: 05497-970



desde 1934

Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional

Gestão 2004/2006 – “Diálogo, Respeito, Ação”

507 editorial para a Revista Terra Livre que contemple os critérios para a formação da
508 Comissão Editorial; para a seleção dos trabalhos; escolha dos temas etc. Fátima (AGB
509 Salvador) registra a presença dos alunos da Faculdade Jorge Amado. **ESTATUINTE:**
510 Jorge apresenta a proposta encaminhada pela 86ª RGC, nos termos da convocatória.
511 **AGB Dourados** avalia que, apesar das dificuldades na discussão, o processo só deve ser
512 retomado se houver condições de infra-estrutura e planejamento. **AGB Presidente**
513 **Prudente** avalia que não dá pra garantir condições mínimas para o debate até Julho de
514 2006. **AGB Rio Branco** segue a maioria. **AGB Rio de Janeiro** é contra a reabertura do
515 processo pois não há acúmulo de debates em nível nacional. Não há condições de
516 retomar o processo repetindo o que ocorreu em 2004. **AGB Niterói** é contra a reabertura
517 do processo mas concorda que o debate deve ser reestabelecido. **AGB Londrina** não
518 chegou a consenso sobre a reabertura do processo, mas concorda com a continuidade do
519 debate. **AGB Três Lagoas** concordam com a reabertura do processo e o aprofundamento
520 do debate. **AGB Aracaju** considera que não há acúmulo, mas não fechou posição. **AGB**
521 **Goiânia** é contra a reabertura do processo. **AGB Salvador** não tem discussão
522 acumulada. Alexandre registra o repúdio à avaliação da maioria das Seções Locais ao
523 afirmarem que não há acúmulo em nível nacional quando o processo se arrastou por
524 quatro anos sendo largamente documentado nas duas últimas gestões da DEN. Após os
525 debates, **esta RGC DECIDE que:** (1) A questão da reforma do Estatuto seja permanente
526 nas próximas RGCs; (2) O novo sítio da AGB incorpore um espaço para disponibilizar
527 documentos e posições coletivas ou individuais para alimentar o processo do debate; (3)
528 seja desenvolvido um processo de consulta às bases, por parte das Seções Locais,
529 visando construir novas referências; (4) não haverá condições de organizar uma
530 Assembléia Geral Estatuinte durante o 14º ENG. Reiniciando os trabalhos no dia 01/11,
531 com a incorporação da AGB Vitória, através da delegada Marilda Maracci, passou ao
532 ponto **14º ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS: Jorge** faz breve apresentação do
533 projeto e dos debates engendrados nas últimas RGCs. **Jones** faz uma breve avaliação
534 dos trabalhos da Comissão Organizadora em Rio Branco e relata: acertado o apoio do
535 Exército que cederá material de campanha para a criação de espaços de atividades e de
536 alojamento; negociações estão em andamento junto ao Governo do Estado, à Prefeitura
537 Municipal de Rio Branco, empresas de transporte público (inclusive para apoiar os
538 Trabalhos Orientados). Estão garantidas pelo menos quatro escolas para a instalação de
539 alojamentos de baixo custo que darão uma capacidade para 1200 a 1500 pessoas.
540 Outras 200 vagas podem ser conseguidas junto à Diocese de Rio Branco e 40 pessoas
541 podem ficar alojadas numa igreja protestante. Espaços para acampamento podem ser
542 disponibilizados para 300 a 500 pessoas. Apoio de outros departamentos da UFAC
543 também estão sendo negociados. Sobre as atividades, a organização já está em diálogo
544 com redes de movimentos sociais do Peru e da Bolívia. **DELIBERAÇÕES:**
545 **Credenciamento das Seções Locais:** Até 15/12, as Seções credenciadas em 2005
546 deverão enviar para a DEN os talonários em branco; recibos utilizados; comprovante de
547 depósito das alíquotas; lista de sócios e formulário preenchido do Censo Nacional de
548 Seções Locais. As Seções que não pediram talonários em 2005 deverão efetuar um
549 pagamento mínimo de sete anuidades correspondentes aos membros das Diretorias,
550 além de enviar mensagem de justificativa da não-solicitação, lista de sócios e formulário
551 preenchido do Censo Nacional de Seções Locais. **Data do 14º ENG:** 16 a 21 de Julho de
552 2006. **Inscrições:** Sócios: pagarão anuidade e inscrição somente nas respectivas Seções

Associação dos Geógrafos Brasileiros – Diretoria Executiva Nacional

Av. Lineu Prestes, 338, Geografia/História – Cidade Universitária/USP, São Paulo – SP, CEP: 05508-000
Tel: (11) 3091-3758 Correspondências para Caixa Postal 64525, São Paulo – São Paulo CEP: 05497-970



desde 1934

Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional

Gestão 2004/2006 – “Diálogo, Respeito, Ação”

553 Locais. Não Sócios: inscrição na Seção Local ou através de depósito bancário. Ficha de
554 inscrição será preenchida no sítio do 14^o ENG após o pagamento das inscrições, devendo
555 indicar o número do recibo de inscrição ou do documento de depósito bancário. Inscrição
556 de resumos, trabalhos completos e propostas de atividades somente pela Internet. **Arte**
557 **do 14^o ENG:** **Jorge** informa que não foi possível seguir a indicação da 86^a RGC, sobre
558 um concurso para elaboração da arte do Encontro e a arte já está apresentada no sítio do
559 evento. **Edvaldo** sugere que mantenham-se os indicativos de prazo, mantenha-se a arte
560 e incie-se imediatamente a busca por patrocínio para folder e cartaz. **Sônia** registra o
561 repúdio pela não execução do indicativo da 86^a RGC com relação a chamada publica
562 para confecção da Arte do Encontro. **Jorge** lembra que as Seções Locais precisam se
563 incorporar ao processo de organização, distribuindo os materiais já disponíveis e
564 colaborando na organização das atividades e contatos junto a outras instituições.
565 **Divulgação:** DEN disponibilizará modelos preliminares de folder e cartaz para reprodução
566 das Seções Locais e divulgação junto aos associados como 1^a circular até 10/11/2005.
567 **Prazos:** Inscrições de participantes: 02/01 a 03/07; Inscrições de trabalho (resumos):
568 02/01 a 03/04; Avaliação da Comissão Científica: 02/01 a 02/05; Envio e disponibilização
569 dos aceites: 03/01 a 05/05; Envio dos trabalhos COMPLETOS: 02/05 a 22/05. Leitura da
570 moção de repúdio da AGB Belo Horizonte *“MOÇÃO DE REPÚDIO. A Assembléia Geral*
571 *Extraordinária da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Local de Belo Horizonte*
572 *(AGB-SLBH) repudia a decisão da 85^a (sic) Reunião de Gestão Coletiva (RGC) da AGB*
573 *(Belo Horizonte, MG, 30 e 31 (sic) de julho de 2005), que deliberou pela seleção, por*
574 *mérito qualitativo, dos trabalhos a serem inscritos no XIV Encontro Nacional de Geógrafos*
575 *(XIV ENG). Tal norma é inédita na vigência do atual Estatuto da AGB e significa a*
576 *assunção de princípios excludentes quanto à inserção de encontristas no evento, uma vez*
577 *que rompe o princípio da participação em que mesmo uma elaboração de escrita precária*
578 *deva compor a memória da entidade em quaisquer das suas instâncias e fóruns, primeiro*
579 *porque qualquer situação promovida pela AGB deva ser pautada pela transparência e*
580 *pluralidade das posições, o que envolve também uma dimensão técnica, ou seja, não se*
581 *deve privilegiar e exclusivizar um padrão de texto para que seja o único a exprimir a*
582 *Geografia acolhida e dialogada no âmbito da AGB. Segundo, porque compromete a*
583 *dimensão formativa da entidade, pois a elaboração acadêmica precária pode ser*
584 *evidência da necessidade de inclusão em nossos conclaves para debate a fim da própria*
585 *superação de suas insuficiências e equívocos. Por fim, a Seção Local de Belo Horizonte*
586 *reitera sua disposição em acatar os princípios maiores da AGB e envidará os esforços*
587 *para que toda/o e qualquer associada/o à AGB-SLBH a se inscrever no XIV ENG tenha a*
588 *seu dispor ações e situações que contribuam para o aperfeiçoamento do seu texto, bem*
589 *como se apresenta para o diálogo com as demais iniciativas neste sentido”.* AGB Rio de
590 Janeiro e AGB Niterói registram seu apoio à moção de repúdio da AGB Belo Horizonte.
591 **Formato dos trabalhos:** RESUMO junto à ficha de inscrição indicando Eixo Temático:
592 (200 a 400 palavras); TRABALHO COMPLETO ou PROPOSTA DE ATIVIDADE deverão
593 seguir as referências do VI CBG: Elaborado em Word, tamanho A4, fonte Arial 11, corpo
594 do texto justificado, espaço duplo, com 3 cm de margens; título maiúsculo, negrito e
595 centralizado; Nome completo dos autores, sigla da instituição e endereço eletrônico do
596 autor, a dois espaços do título, que deverá estar em maiúsculo e minúsculo, normal e
597 centralizado; texto iniciando a dois espaços dos autores, justificado e sem recuo para
598 parágrafos. O texto expandido deve ter de 10 a 12 páginas, aceita-se ilustrações. A

Associação dos Geógrafos Brasileiros – Diretoria Executiva Nacional

Av. Lineu Prestes, 338, Geografia/História – Cidade Universitária/USP, São Paulo – SP, CEP: 05508-000
Tel: (11) 3091-3758 Correspondências para Caixa Postal 64525, São Paulo – São Paulo CEP: 05497-970



desde 1934

Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional

Gestão 2004/2006 – “Diálogo, Respeito, Ação”

599 estrutura do texto deve ser dividida em partes não numeradas e com subtítulos. É
600 essencial conter introdução, conclusão ou considerações finais e bibliografia. Na primeira
601 página, em nota de rodapé, deve constar o tipo de trabalho: relatório de pesquisa,
602 iniciação científica, monografia de conclusão de curso, dissertação ou tese. Resumos e
603 trabalhos completos ficarão expostos no sítio do evento para avaliação da Comissão
604 Científica. **Compromissos das Seções Locais com a organização do evento:** AGB
605 Aracaju: Trabalho Orientado, Comissão Científica, Alojamento; AGB DEN: Coordenação,
606 Tesouraria, Captação de recursos; AGB DOURADOS: Colaboração nas Comunicações
607 Coordenadas, Secretaria e organização no dia do evento, além de participação na
608 Comissão Científica e nos EDPs; AGB GOIÂNIA: Sem indicação; AGB LONDRINA:
609 Comissão Científica, Conferência; AGB NITERÓI – Comissão Científica, Mesas
610 Redondas; AGB PRESIDENTE PRUDENTE: Sem indicação; AGB RIO BRANCO:
611 participação em todas as sub-comissões; AGB RIO DE JANEIRO: Comissão Científica,
612 Mesas Redondas; AGB SALVADOR: Comunicação Coordenada, Comissão Científica e
613 Secretaria; AGB TRÊS LAGOAS: Comissão Científica, Captação de recursos, Secretaria,
614 Mesas Redondas; AGB VITÓRIA: Sem indicação. **ESTRUTURA DO 14º ENG: Dom,**
615 **16/07:** manhã e tarde: credenciamento; noite: cerimônia e conferência de abertura; **Seg,**
616 **17/07:** manhã: MR Transversal, tarde: EDP, noite: MR Temáticas; **Ter, 18/07:** manhã: MR
617 Temáticas, tarde: EDP, noite: MR conjuntura política; **Qua, 19/07:** manhã, tarde e noite:
618 Trabalhos Orientados; **Qui, 20/07:** manhã: 09:00 socialização dos Trabalhos Orientados,
619 11:00 reunião das Seções Locais, tarde: EDP, noite: Debate AGB; **Sex, 21/07:** manhã:
620 Comunicações Coordenadas, tarde: plenária final. **Indicação de nomes para Mesas**
621 **Redondas e Conferências:** A partir do diálogo entre a Comissão Organizadora e a
622 Comissão Científica acerca do detalhamento dos Eixos Temáticos, a Comissão Diretora
623 da AGB indicará os nomes para compor as mesas redondas e as conferências. A
624 Comissão Científica deverá fechar os nomes dos convidados ao longo de dezembro/2005
625 e janeiro/2006. **Comunicação Coordenada** – Comissão Científica deverá avaliar as
626 propostas e poderá indicar que os trabalhos sejam apresentados em EDPs. Os trabalhos
627 serão enviados em conjunto pelo Coordenador, junto com a ementa da CC. Os resumos
628 das propostas serão enviadas com resumos de até duas laudas. Todos os autores
629 participantes de Comunicação Coordenada deverão estar inscritos no evento. **Trabalhos**
630 **Orientados** – Comissão receberá as propostas de inscrições de trabalhos de campo e
631 caravanas durante o prazo de inscrição de trabalhos. **Atribuição das Sub-Comissões de**
632 **Atividades (EDP, TO, CC):** (1) Recepção das propostas pela Sub-Comissão, (2)
633 Distribuição das propostas para a Comissão Científica, (3) Recepção dos pareceres da
634 Comissão Científica, (4) Sistematização e encaminhamento dos aceites. **Indicações de**
635 **colaboradores das Seções Locais para a organização do 14º ENG:** AGB Aracaju:
636 Profª Drª Rosemeri Melo e Souza (UFS) e Profª Drª Alexandrina Luz Conceição (UFS);
637 AGB Dourados: Prof Dr Edvaldo César Moretti (UFGD); AGB Salvador: Prof MSc Marcelo
638 de Oliveira Faria (FJA), Profª Drª Maria Inês S. S. Carvalho (UFBA), Prof MSc Marco
639 Antônio Tomasoni (UFBA); AGB Rio Branco: Prof Dr Jones Dari Goettert, Prof Dr Elder
640 Andrade de Paula, Prof Dr Gerson Rodrigues de Albuquerque, Profª MSc Karla da Silva,
641 Prof MSc José Domingues da Silva Neto (todos da UFAC); AGB Rio de Janeiro: Prof Dr
642 Paulo Roberto Alentejano (UERJ), Prof Dr Gilmar de Jesus Mascarenhas (UERJ); AGB
643 Londrina: Prof Dr Douglas Santos (PUC-SP), Profª Drª Ângela Massumi Katuta (UEL),
644 Prof MSc Willian Ribeiro (UEL); AGB Niterói: Prof MSc Eduardo José Pereira Maia

Associação dos Geógrafos Brasileiros – Diretoria Executiva Nacional

Av. Lineu Prestes, 338, Geografia/História – Cidade Universitária/USP, São Paulo – SP, CEP: 05508-000
Tel: (11) 3091-3758 Correspondências para Caixa Postal 64525, São Paulo – São Paulo CEP: 05497-970



desde 1934

Associação dos Geógrafos Brasileiros
Diretoria Executiva Nacional
Gestão 2004/2006 – “Diálogo, Respeito, Ação”

645 (FERLAGOS), Prof Dr Jorge Luiz Barbosa (UFF); AGB Três Lagoas: Prof^a Dr^a Rosemeire
646 de Almeida (UFMS), Prof Dr Francisco Avelino Junior (UFMS); AGB Goiânia: Prof Dr
647 Eguimar Felício Chaveiro (UFG), Prof Dr Horieste Gomes (UCG), Prof Dr Manoel Calaça
648 (UFG), Prof Dr Tadeu Alencar Arrais (UFG); AGB Viçosa: André Luiz Lopes de Faria
649 (UFV), Antonio de Oliveira Jr (UNIPAC UFV), Filipe Tamiozzo Torres (UNIPAC), Maria
650 Isabel de Jesus Chrisóstomo (UFV), Ronan Eustaquio Borges (UFV), Leonardo Civale
651 (UFV), Mirillei F Pereira (UFV), Wilson Guilherme Acácio (UFJF), Lúcio Flávio Zancanela
652 do Carmo (UFV), Misael Geraldo de Souza Camargo (UFJF), Luis Alberto Martins (UFJF),
653 Marlene Xavier dos Santos (UNIPAC). **Outras deliberações sobre a Comissão**
654 **Científica:** (1) Até 04/11/2005, as Seções Locais devem confirmar suas indicações para a
655 Comissão Científica e encaminharem para a Secretaria do 14^o ENG. Solicitando que
656 sejam indicados para a Comissão Científica apenas professores Mestres ou Doutores. As
657 indicações deverão ser acompanhadas área de trabalho ao qual estão vinculados e
658 contatos (telefone, correio eletrônico etc); (2) Até 15/11/2005, serão encaminhados
659 convites aos ex-presidentes da AGB que estiverem em plena atividade profissional, por
660 parte da DEN, e será efetuada indicação de pelo menos um membro da Diretoria Local de
661 cada Seção para compor a Comissão Científica; (3) Jorge deverá elaborar ementas
662 preliminares visando a provocação ao debate dos Eixos Temáticos e a formulação de
663 sub-eixos por parte da Comissão Científica; (4) Caso a Comissão Científica não
664 contemple os princípios estabelecidos para sua composição, fica delegado à Diretoria
665 Executiva Nacional a atribuição de indicar novos nomes para sua instalação. **Ex-**
666 **presidentes a serem convidados para compor a Comissão Científica do 14^o ENG:**
667 Bernardo Mançano Fernandes, Antônio Thomaz Jr., Arlete Moysés Rodrigues, Carlos
668 Walter Porto Gonçalves, Zeno Crocetti, Dirce Maria Suertegaray, Odete Seabra, José da
669 Silva Borzachiello e Ruy Moreira. **Local da 88^a RGC:** Goiânia, GO – Prudente, Goiânia,
670 Aracaju. Dourados, MS – Londrina, Dourados, Salvador, Rio Branco, Vitória, Rio de
671 Janeiro, Niterói, Três Lagoas. Abstenção – DEN. **Data da 88^a RGC:** 10 a 12 de março de
672 2006. **ENCERRAMENTO** – assim, após as últimas considerações e o agradecimento da
673 delegada da AGB Salvador, Sônia Tomasoni, às 14h, deu-se por encerrada a 87^a RGC. A
674 presente ata foi redigida por Jorge Luís Borges Ferreira, Presidente Nacional, gestão
675 2004/2006 “Diálogo, Respeito, Ação”, ao dia primeiro de novembro de dois mil e cinco, na
676 cidade de Salvador, Estado da Bahia.....